

Caríssimos amigos

Chegando ao fim da viagem a lembrança de vocês se tornou mais forte. Volto trazendo novos valores: a necessária solidão, o voltar-se para si mesmo e buscar conhecer-se melhor, o desencantamento, a necessidade de ver e não só olhar, a sensibilidade aumentada, a perda da ingenuidade, e o valor inestimável da verdadeira amizade.

Durante esse tempo amigos ficaram ao longo do meu caminhar perdidos em trilhas nas quais não quis entrar. Deles guardo a ilusão da amizade inexistente.

Após tanta estrada percorrida e tantos sentimentos vividos, tenho saudades imensas dos amigos que me ajudaram a suportar as trilhas difíceis pelas quais me embrenhei, me ajudaram a delas sair, ficaram ao meu lado dando-me o ombro necessário para despejar tanto as minhas alegrias, como as angústias quando se apresentaram.

Tenho saudades enormes de todos. Saudades da minha Julinha, da Juju. Tenho saudades da minha Paulinha, herdeira do meu amor pelo conhecimento.

Tenho saudades dos meus alunos.

Tenho saudades de mim.

Adir

CAPÍTULO II – UM SERVIÇO, UM INTELLECTUAL

Lucidez, mas não pensada, consciência, mas que se refere ao que é externo, o percebido desempenha-se como intermediário (como mediação) entre o concebido e o vivido, mas no curso desse jogo ganha densidade e força (Henri Lefebvre, La Présence et L’Absence – Contribution à la théorie des représentations)

2.1 - Um Serviço, um Intelectual.

O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, chefiado por Arthur Ramos, prosseguiu suas ações após a saída de Anísio Teixeira e o golpe que instaurou o período ditatorial conhecido, pela História do Brasil, como Estado Novo. Getúlio Vargas, representando a Revolução Burguesa de 1930¹, foi alçado à presidência com a deposição de Washington Luis. Vargas, “revolucionário” em 1930, torna-se ditador em 1937.

No período da ditadura varguista a polícia política atendia pela sigla DESPS (Departamento Especial de Segurança Social). Função semelhante assumiria o DOPS durante a ditadura iniciada em 1964.

Foram detidos para interrogatórios, podendo converter-se em prisão, Armanda Álvaro Alberto, Edgard e Carlos Sússekind de Mendonça, Paschoal Lemme, Arthur Ramos. A contemporânea de Arthur, na Universidade de Medicina da Bahia, Dra. Nise da Silveira esteve presa com Maria Werneck, Olga Benário Prestes e outras.

Tornou-se referência, dessa época sombria, o livro “Memórias de Cárcere” de Graciliano Ramos, rememorando a detenção no Nordeste, a vinda para a capital, os tempos da prisão na Ilha Grande, as diversas personagens que conheceu, o cotidiano do presidiário. Um livro de rememoração *no sentido benjaminiano, de uma memória ativa que transforma o presente* (Gagnebin, 2006, p.59).

Antes mesmo da exoneração da chefia do SOHM e da Prefeitura da Cidade, Ramos havia sido preso em vinte e três de outubro de 1937. A pesquisadora Luitgarde O. Cavalcanti de Barros teve acesso, através do sobrinho de Ramos, ao “Habeas Data” do intelectual no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, depositário da

documentação das Polícias Políticas dos períodos ditatoriais vividos pela sociedade brasileira. Encontra-se em seu livro “Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de seu Tempo” os termos do auto de prisão.

Polícia Civil do Distrito Federal –DESPS

Pront. N° 23916

Ilmo. Sr. Chefe da SR-2

Cumprindo as determinações de V. S. prendi, juntamente com o colega 455, os senhores Eloy Pontes e Arthur Ramos, que apresentamos ao permanente de serviço.

Na busca procedida na residência do Sr. Arthur Ramos, nada foi encontrado. Na residência do Sr. Eloy Pontes apreendemos literatura comunista que entregamos à Secção.

Rio, 23-10- 937
(a) Sandoval Bordallo
Inv. 820

Preso, identificado, interrogado e solto, Arthur Ramos continuou a frente do Serviço (SOHM), mas, como afirmei anteriormente, constituía-se em uma “ilusão”, logo desfeita. Ramos não fazia parte da intelectualidade a qual, por “estratégia de sobrevivência” ou “concepção de trabalho técnico exercido sob quaisquer circunstâncias”, incorporou-se ao Estado Novo, como membro direto.

Por quase dois anos, Ramos, ainda, chefiou o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, porém ocupava, também, um novo lugar institucional: a cadeira de Antropologia Física da Faculdade Nacional de Filosofia.

Ainda que não faça parte das análises desse trabalho, convém lembrar que Gustavo Capanema² mantinha relações com a intelectualidade brasileira e continuou a tê-las, após assumir o Ministério da Educação e Cultura, durante o Estado Novo. Suas intervenções e as ações discretas de seu Chefe de Gabinete – Carlos Drumond de Andrade – ajudaram e abrigaram intelectuais destituídos de cargos por esta ou aquela razão. Momentos como este abrigam, no seu bojo, a revanche, a antipatia, a disputa, as querelas pessoais, os “pequenos” atos vingativos.

Na Introdução do livro “A Criança Problema”, Ramos traz a público as dificuldades e impedimentos de realizar o trabalho do SOHM, durante o Estado Novo, mas o ato final é a Portaria assinada por Henrique Dodswort exonerando-o de suas funções junto ao Governo da Capital.

Gabinete do Prefeito

Prefeitura do Distrito Federal

O Prefeito do Distrito Federal

Tendo em vista a comunicação do Senhor Reitor da Universidade do Brasil, constante do ofício número 39/3.950 –S/2.668, de 28 de julho de 1939,

*Resolve, nos termos do artigo 61 e seu parágrafo único, do Decreto- Lei número 1190, de 20 de janeiro de 1939, cassar os proventos auferidos desta Prefeitura pelo Chefe da Secção de Ortofrenia e Higiene Mental, do Instituto de Pesquisas Educacionais da Secretaria Geral de Educação e Cultura – Doutor Arthur Ramos de Araújo Pereira, a partir de 19 de julho último e enquanto durar a sua comissão no cargo de Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia, da Universidade do Brasil.
DF, 5 de agosto de 1939*

Henrique Dodsworth

*Gabinete do Prefeito -----publicado em 8 de agosto de 1939-----A. A. Santos
Está conforme o original
Maria Rosalia Mendes Vianna
Visto – A. A. Santos, por Carlos Teixeira*

O Decreto-Lei número 1190, nos termos do artigo 61 e seu parágrafo único, de 20 de janeiro de 1939, proibia a acumulação de cargos públicos. Termina o ambicionado projeto de Ramos, mantém relação com alguns colaboradores mais próximos, expressa a “revolta” e “descontentamento” no prefácio das edições posteriores à 1ª do livro “A Criança Problema”.

Nele Arthur narra o que ficou no “meio do caminho” das ações do Serviço.

Uma série de circunstâncias adversas tornou impossível a continuação de um serviço que só então começava a dar seus primeiros frutos [...]. Iniciava-se uma clínica de pré-escolares, com um primeiro núcleo na Escola “General Trompowsky”, com resultados animadores. O adolescente entraria também no âmbito das nossas cogitações e já havíamos encetado um estudo sobre a Higiene Mental nos regimes internatos. [...]. O serviço ainda tentou sobreviver a esse período de sombras. Mas, uma santa inquisição de bravos censores – embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço – não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade que é aquela onde se possa fazer realmente ciência [...]. **Se quiséssemos reencetar esse serviço nos dias de hoje, veríamos como tudo andou para trás** (RAMOS, 1951, p. 8, grifo nosso).

Em janeiro de 1950, a Associação Brasileira de Educação publica, em sua Revista, artigo de Arthur Ramos intitulado “A Escola e o Lar”. O artigo é parte da conclusão/capítulo do livro “A Criança Problema” – Tratamento e Assistência.

Ressaltando a importância para a Escola Nova da relação escola, família, “comunidade”, considerando a escola *um centro de grande atividade social* (ibidem, p. 388), põe em relevo a responsabilidade dos pais na formação psicológica dos filhos. Acompanha A.S. Neil na frase de efeito: há pais problemas.

Mantém sua prática escriturária de trazer para o texto autores importantes e experiências “modernas”, defendendo o delicado, necessário, mas dificilmente realizado, com plenitude, encontro entre escola e famílias: *não pode realmente fazer higiene mental da criança sem a colaboração dos pais, e já temos toda uma bibliografia no assunto, impossível de aqui ser resumida* (ibidem, p.389).

Recupera as diferentes estratégias de aproximação utilizadas, sendo crítico quanto aos resultados junto aos pais e mães. Responsabiliza os pais e mães por não “conseguirem” mudar a relação com as crianças.

Várias tentativas têm feito a Escola e as clínicas de higiene mental no sentido desta colaboração dos pais. Há já organizações, como os “círculos de pais e professores”, as reuniões e conferências de pais (*parents conferences*), que se propõem fazer com que eles se defrontem com as realidades psicológicas dos seus filhos, e os anseios de educação para correta adaptação social. Infelizmente, entre nós, os “círculos de pais” têm fracassado nas suas verdadeiras finalidades e disso temos tido uma dolorosa experiência em nosso Serviço (ibidem, p. 390).

A escola, pela presença ou ausência, cumpre, na vida dos sujeitos, a função de “adaptação” e formação de *habitus* necessários à sociedade da qual faz parte. Através das ações pedagógicas de “conformação” e “formatação” antecipam o “esperado” para suas vidas e quais caminhos trilharão. Muitos estarão incluídos na “boa” sociedade pelos mecanismos de exclusão a que serão submetidos.

Arthur Ramos, numa visão de futuro quanto às gerações de educadores, reafirma a importância da “sensibilidade” na produção do encontro desses “universos” - escola e família –, pois trazem na sua configuração, como grupo social, funções sociais próximas. Para ele aí residia o pensar estratégico para alcançar, através dessa articulação, o avanço no processo civilizador.

Ir às residências, para o SOHM, não era uma “tarefa” somente técnica, pois precisava constitui-se, pedagogicamente, em ação “transformadora” dessa relação tão cheia de arestas.

Em nosso serviço, esta atenção é lenta e cautelosa [...]. A visita social completa a obra. Não essa visita, com aspectos muitas vezes antipáticos, interpretada pela família como uma intromissão indébita, principalmente nos lares pobres que a tomam como uma “afronta”, mas uma visita cordial, aceita e muitas vezes solicitada pelas próprias famílias (ibidem, p. 390).

Por fim, analisando a Escola, ressalta Ramos.

Já vimos, na Introdução deste livro, a extensão que estão tomando hoje as clínicas de higiene na escola: pré-primária, primária, secundária, colégios, universidade, etc... [...] Nestas clínicas a atividade não é puramente dos órgãos técnicos, médicos, ortofrenistas que nelas trabalham. É também do professor.

[...] Há o professor problema, como há o pai problema [...]. As atitudes do professor refletem-se na fachada de personalidade do aluno. Assim, o ajustamento do professor é uma tarefa prévia, indispensável, da higiene mental. A nossa experiência provou, com efeito, que muitos problemas da criança escolar eram a consequência de atitudes errôneas do professor, que “projetava” sobre o aluno os seus próprios “complexos”. O professor, intransigente, irascível, nervoso, hesitante, inibido, ciumento... tende a derramar as suas reações emocionais sobre o aluno confiado aos seus cuidados. Muitas vezes, ele próprio reflete na escola os desajustamentos – emocionais, conjugais, econômicos, sociais... do seu ambiente doméstico.

Outras vezes, a sua personalidade se formou em caminhos errôneos, de mentalidade rotineira, emergindo velhos conceitos educacionais... (ibidem, p.391).

Os parágrafos finais do livro anunciam o fim do Serviço de Ortofrenia de Higiene Mental. Não creio na possibilidade de Arthur Ramos, ainda que o processo de escrita, editoração e publicação tenha sido anterior a exoneração da chefia do Serviço, estar completamente “inocente” e desinformado sobre a conjuntura política circundante.

Afinal, ele não foi o único intelectual preso pela polícia de Vargas, e, há quatro anos, Anísio Teixeira vivia exilado no próprio país.

...O assunto não poderia ser terminado aqui. A higiene mental da criança é uma ciência prática que só se inicia. Experimentando-a, o adulto vê a sua própria imagem, como num espelho. Exumada de um passado cheio de fantasmas, que ele julgou esquecidos. Nunca o mundo teve tanta necessidade de higiene mental, e nunca as oportunidades de sua aplicação foram tão flagrantes, como nesses dias conturbados de uma civilização em transição violenta, que ainda não encontrou seu rumo... (ibidem, p. 396).

O Ato Administrativo de Henrique Dodsworth, 5 de agosto de 1939, pôs fim ao realizado e ao projetado.

2.1.1- As Teias do Esquecimento

A professora Ana Maria Jacó Vilela³, do Instituto de Psicologia da UERJ, com seu grupo de pesquisa, busca reconstruir a história da Psicologia Brasileira. Sua lente de olhar privilegia a busca por psicólogas e sua atuação. O projeto - Histórias, Memórias e Documentos - procura elencar instituições e atores sociais ligados ao fazer psicológico.

Declarando os entraves no levantamento de fontes sobre o tema, principalmente no Rio de Janeiro, narra movimentação político-administrativa de funcionários, ligados a Serviços onde teoricamente o trabalho de psicólogas poderia ser encontrado, na Diretoria de Instrução Pública, no momento de mudanças políticas vividas no país.

O recorte de sua pesquisa, 1900 até 1940, relaciona o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, chefiado por Arthur Ramos; o Serviço de Ortofrenia e Psicologia sob a orientação de Ofélia Boisson Cardoso até 1945.

Após o período de Ofélia Boisson, assume Cinira Menezes de Miranda, chefiando o Serviço de Ortofrenia e Psicologia até 1955.

O foco do projeto da Prof(a) Ana Jacó é o trabalho das mulheres no campo da Psicologia, sinalizando a predominância de homens na chefia de Serviços onde, teoricamente, a psicologia era utilizada.

Cita o Laboratório de Biologia Infantil (LBI), organizado por Leonídio Ribeiro, em 1935, constituindo-se num local onde eram feitos estudos e pesquisas das causas da delinqüência infantil.

Tal área configurou-se um campo fértil para a utilização dos instrumentos oferecidos pela Psicologia, já que “por meio de testes (...) é fácil estabelecer o perfil psicológico da criança, que nos permite a sua classificação, desde idiotas até os supernormas, por meio do estudo e avaliação associada das sensações, da memória, da imaginação, do raciocínio, etc. (Ribeiro, 1937, p. 195, in Jacó, p. 4- relatório de pesquisa).

O Relatório de Pesquisa aumenta a possibilidade de refletirmos sobre a tensão, tantas vezes expressa por Ramos, desaguando em embates sobre como perceber as crianças, as ações desejadas e necessárias para “prevenir” ou “resolver” os “problemas que por ventura apresentassem. Diz o Relatório da Prof(a) Ana Jacó.

O Serviço (ou Seção) de Ortofrenia e Higiene Mental – SOHM – era um dos cinco departamentos do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), órgão diretamente subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal (RJ). Suas atividades iniciaram em 17 de janeiro de 1934 com a posse de seu primeiro e único diretor Arthur Ramos, em um contexto de reforma educacional no Brasil. Encerrou seu trabalho em 1939, em função da implantação do Estado Novo e de suas novas políticas. **Foi substituído pelo Serviço de Ortofrenia e Psicologia (SOP) em 1940, a partir de uma reformulação do IPE (que passa a se chamar Centro de Pesquisas Educacionais – CPE), funcionando com atividades similares ao SOHM, mas com concepções diferentes.**

O SOP destinava-se, principalmente, a diagnosticar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas escolas primárias da rede municipal através do uso de testes de inteligência infantil e, a partir do resultado, encaminhá-los para as chamadas “turmas especiais”. Realizava ainda trabalho clínico de curta duração com estas crianças, fazia pesquisas e ministrava cursos acerca desses assuntos, constituindo-se em um centro de propagação de conhecimento. Este serviço encerrou suas atividades em 1975, com a extinção do IPE devido à fusão dos Estados da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, não havendo posteriormente nenhum órgão que o tenha substituído em essência. (JACÓ, p. 3- 4, relatório de pesquisa) (grifo nosso)

O grifo marca diferenças existentes entre o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, chefiado por Ramos, e o Serviço de Ortofrenia e Psicologia, chefiado por Ofélia Boisson, pois há uma tendência de tratá-los como continuidade, como se a prática em si fosse apartada da concepção que a produz.

Ofélia Boisson é homenageada no volume 23, ano 2003, na Revista Psicologia Ciência e Profissão, produzindo uma representação da psicóloga como uma mulher

“idealista”. O texto da homenagem relaciona seu interesse pelas “crianças especiais” ao fato de ter sido mãe de um único filho com “necessidades especiais”, estando na sua vida privada o cerne de interesse por educação e a razão da ação profissional no campo da Psicologia.

Orientadora educacional das escolas públicas e técnica de educação, Ofélia detinha sua atenção nas questões ligadas a relação existente entre ajustamento psicológico e rendimento escolar, entre psicologia infantil e aprendizagem.

Em 1944 escreve seu primeiro livro⁴ – “Ensinar a aprender” – procurando aproximações com alguns princípios da Escola Nova, mas deles se afasta ao definir “a escola única”; “o lugar e importância dos testes de inteligência”; ao discutir a fundamental aproximação entre escola e família. Boisson situa o agravamento dos “problemas infantis” a partir do seu ingresso na escola, por inadequação da criança a esta.

O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia... que nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila ... porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão (MARTINS, 1993, p. 13).

No espaço da cidade a culpabilização das situações de “inadequação” é dirigida, individual ou coletivamente, aos sujeitos em si, únicos responsáveis pelas situações de “suas vidas infames”⁵.

Ofélia Boisson foi professora de Psicotécnica da Faculdade de Serviço Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 1945 assume a chefia do Serviço de Ortofrenia e Psicologia (SOP) do Centro de Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, chefiando, após deixar o SOP, a Sessão de Pesquisas Pedagógico-Sociais de Assistência ao Menor no Estado (SAM).

O SAM de triste lembrança nas ações dirigidas aos “menores”. Representação da criança produzida a partir da noção do “infrator”, produzindo subjetividades sobre as crianças e determinando a figura, tão atual, do “menor-infrator”. Cumpria-se o processo de “criminalizar” a criança. Aliás, não mais da criança, mas do “menor”.

Arthur Ramos a frente do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, em conjunto com seus auxiliares diretos, consideraram um dispositivo importante a produção da rede de relações das escolas, junto às famílias, junto aos lugares de moradia e seu entorno, utilizando os meios considerados eficazes: visitas domiciliares, rádio de fusão, orientações, palestras, cursos para os professores, tantas vezes, aqui, relatados.

Esgrimiu junto aos “doutos criminólogos”; criticou os “testes massivos”; mudou o foco de discussão da criança “anormal” para a “normal”. Com contradições, na defesa de projeto do SOHM, afirmou: “não há crianças problemas”.

Na conjuntura política do Estado Novo perdeu estas pelejas.

Mudando nome, sem mudar de direção, o SAM – chefiado por Ofélia Boisson- - transformou-se em FUNABEM (Fundação Nacional de Bem Estar do Menor), depois CEI (Centro de Educação Integrada), incorporando outras crianças e adolescentes ao seu atendimento, ampliando seu raio de ação para a “comunidade” ao redor de seu prédio, situado na Rua Clarimundo de Melo, no bairro de Quintino.

Ofélia Boisson afirma sua compreensão das “crianças problemas” em vários artigos e livros que publicou. Doze livros publicados, alguns reeditados, formaram uma “coleção” intitulada “Filhos Felizes”. Os volumes são fortemente baseados na psicologia experimental e cognitiva.

Na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, entre 1935 a 1950, encontramos três artigos: Ensinar a Aprender (outubro de 1944); Alguns Problemas de Perturbação de Caráter (maio de 1945); O Problema de Repetência na Escola Primária (janeiro/ abril de 1949).

Optamos por analisar, preferencialmente, o artigo de 1949.

Inicia o artigo “O Problema da Repetência na Escola Primária”, publicado primeiramente na Revista de Educação Pública, vol. V, nº 19, posteriormente na RBEP, relacionando repetência com “marginalidade”, um prognóstico do “destino” das crianças.

É dos mais graves o problema que os repetentes criam, primeiro no pequeno grupo que é a escola e, com o passar dos tempos, naquele mais amplo e complexo, que é a sociedade. Na primeira, mantêm-se inconscientes, afastados das atividades escolares, indesejáveis, repudiados, por vezes; na segunda, ficarão a margem; os anos, desenrolando-se, agravaram-lhes a situação, impossibilitando-os de se integrarem àquele ambiente a que, entretanto, doloroso paradoxo! Viverão acorrentados em mísera dependência, incompreendidos e

inúteis e, o que é mais importante, insatisfeitos e revoltados. [...] O repetente é um fracassado – já se revelou, dele nada se espera. Valerá, realmente, a pena mantê-lo na escola, preenchendo uma vaga e impedindo, com sua presença a admissão de outro aluno? (BOISSON, 1949, p. 74).

A representação do aluno entrando na escola pela primeira vez é definida com uma só palavra: incógnita. *O repetente é um fracassado – já se revelou, dele nada se espera* (BOISSON, 1949, p.74). A dúvida expressa pela “técnica em educação” relaciona-se a validade ou não de manter o repetente na escola. Afinal, sua presença preenche uma vaga e impede outra criança de ser admitida na instituição educativa.

Ao interrogar a permanência ou não do “repetente” na escola, Boisson inverte o direito à escolaridade como valor universal.

É quando medidas mais ou menos drásticas se vão tornando inevitáveis, não só no Distrito Federal e nos estados brasileiros, como em qualquer cidade do mundo em que a população infantil seja excessiva, em relação ao número de estabelecimentos de ensino [...] (ibidem, p.75).

Dentro da lógica apresentada, o poder público não tem o dever de construir e manter escolas de qualidade para todos; mas as famílias deveriam colocar um número menor de crianças no mundo. Principalmente as mais pobres.

O que esperar dessas crianças “miseráveis”, “joguete” a mercê de “um emaranhado de circunstâncias impossível de serem definidas”?

Boisson considera que é imprevisível o rumo, após afirmar um futuro cruel. Mas, quem sabe? Diante dessa realidade, o provável, frente à “alta percentagem” apresentada pelos casos de repetência é

[...] o repetente comportar-se como um revoltado, e o que é realmente; ao ver que o separaram do grupo, porque foi julgado inferior a ele, não podendo discernir as verdadeiras razões do fato, sente-se alvo de dolorosa injustiça e, de acordo com o seu temperamento e caráter, reage [...] A reação dominante tende a afastá-lo das atividades de classe, das quais se desinteressa completamente (ibidem, p.75)

E a família? Na relação escola, a família e a comunidade, Boisson não muda o modo de pensar dominante de que a escola tem um importante papel de “educar” a comunidade. Quanto a esse aspecto sua escrita é clara e objetiva.

Se nos detivermos por um momento, a pensar sobre a influência indiscutível da escola sobre a comunidade, chegaremos á conclusão clara e irrefutável da urgência que há em lançarmo-nos a obra, no sentido de estudar carinhosamente o problema, buscando a solução (ibidem, p. 76).

Custa a crer que Ofélia Boisson não conhecesse as experiências, de sua época, na organização e planejamento dessa delicada relação. O artigo é escrito no mesmo de morte de Arthur Ramos e o acontecimento repercutiu na imprensa nacional e internacional.

O livro “A Criança Problema” faz indicações da necessidade e dificuldade dessa relação. O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental creditava ao sucesso dessa relação, fator importante na resolução dos “problemas” da criança.

O trabalho de Armanda Álvaro Alberto a frente da Escola de Meriti era conhecido, discutido, servia, para muitos, como exemplo de uma “bem sucedida” relação entre escola e famílias.

Não conheceria Ofélia, nenhuma dessas iniciativas? Acreditamos que sim, pois cita a experiência dos “Círculos de Pais e Professores” como mal sucedida, de forma sucinta, na página 83 do artigo.

Talvez a explicação mais próxima, de uma realidade não vivida por nós, para esses “esquecimentos” esteja na sua proximidade teórica com as considerações e ações de Lourenço Filho.

Iniciando seu livro – “Introdução ao Estudo da Escola Nova” – Lourenço Filho transcreve as palavras de Ângelo Patri: ‘ Até agora, a escola não foi devidamente compreendida pelos homens. No dia em que perceberem os recursos ilimitados que ela oferece, a educação terá sobre o desenvolvimento das coisas humanas e sobre o progresso da humanidade um poder infinitamente maior’ (LOURENÇO, in BOISSON, 1949, p. 76).

Para alcançar o objetivo da grande escola renovada tudo é lícito esperar, defendia a lógica utilizada por Ofélia Boisson. Porém, a qual “escola renovada” estava se

referindo? Pela argumentação utilizada não era a esperada por parte da intelectualidade de 1930, que acreditou estar vivendo o amanhã, hoje.

A “escola renovada” de Ofélia era a alinhada com a estranheza diante dos grupos sociais que a freqüentavam, principalmente os mais empobrecidos.

Buscando uma observação mais perspicaz da lógica argumentativa usada pela psicóloga/técnica, a escrita construída estabelece, como sustentação do desencontro entre escola, família, “comunidade”, um cenário assaz instigante.

Quando o “homem não está no lugar certo”, como é aqui o caso da maioria, o ânimo esmorece, foge o entusiasmo; o trabalho é executado como se fora tarefa a cumprir, não há participação ativa. Os mais conscienciosos controlam-se, procuram interessar-se, prejudicando o menos possível os pequeninos que lhes foram confiados e, á custa de seu próprio sacrifício, reduzem um pouco o mal que, no entanto, não é eliminado (ibidem, p.81).

Existe um modo de viver na escola, uma “moral escolar” a espera da criança, diante da qual cabe a própria criança buscar se enquadrar. Caso tal comportamento não ocorra a “culpada” é a família.

O que a escola procura construir a família destrói, num momento reduz a pó. Os exemplos vivos e flagrantes insinuam-se na carne, no sangue das crianças, ditando-lhes formas amorais de reação, comportamentos anti-sociais. A influência é tanto mais perniciosa quanto mais baixa a idade cronológica e o nível de maturidade social; quando não podem ainda discernir, julgar, ajuizar, porque não adquiriram, ainda, os padrões a esse julgamento (ibidem, p. 82)

Reconhecendo os esforços feitos por alguns administradores, Boisson considera como “razões” centrais das reclamações, dos lamentos, na tecitura das “verdades” e “previsões de futuro” desastrosas para as crianças *o problema econômico permanece sem solução e a escola ainda não conseguiu falar a mesma língua da “comunidade”* (ibidem, p.83).

Como aproximar-se e buscar compreender “a língua da comunidade” se o substrato dessa reflexão é o descompasso entre o papel “formador” da escola e “deformador” das famílias?

A escola preconiza normas de higiene: “É indispensável tomar banho diariamente”. Mas... no morro não há água: é preciso palmilhar, descendo e subindo, tão extenso caminho, por vezes difícil também, sob a chuva ou o sol ardente, para conseguir (quando consegue!) uma lata, com que se vai fazer o café, o feijão, o reservar um pouco para beber. Como desperdiçá-los em banhos?

A escola exige honestidade: “não fiques nem com um tostão, se não te pertence”. Mas... com 20 centavos se compra um pão; não será tolice entregar o dinheiro, quando será tão fácil guardá-lo a matar a fome?

A escola aconselha as boas maneiras, procura difundir bons hábitos sociais e polidez. Mas... no morro, na casa de cômodos, isto nada exprime e até se torna ridículo empregar “com licença, desculpe, muito obrigado”. São expressões impróprias para o ambiente, completamente deslocadas ali, tão deslocadas como um personagem de casaca e cartola, a passear, a meio dia, na cidade. Se a professora ensaia transplantar para o barracão as fórmulas de polidez, a tentativa redundará em fracasso e a expressão, embora grosseira, mas corrente no meio, põe remate ao assunto:

- Deixe de “sê besta” menino! (ibidem, p. 83)

Relembrando Victor Vincent Valla afirmo que no dizer da maioria dos professores, diretores, técnicos, os pobres são mesmo inadequados á escola, porque geralmente não comungam de seus valores e ações, de sua razão burocrática e de sua lógica exata.

A escola é o espaço da “aceleração dos lentos” que teimam em manterem-se como tais. Sua “lógica” causa estranheza e sua “recusa” a enquadra-se ao esperado pela escola, no fundo, atemoriza, sendo produzido não o movimento de compreensão, mas sim o embate entre forças. Desqualificar ou enquadrar suas ações participativas pode ser a única forma de contê-los.

Ofélia Boisson relativiza ao mencionar que nos grupos onde não está presente o pauperismo há situações difíceis, porém, quando ocorrem, são da ordem do mimo, dos ciúmes entre irmãos, entre filhos e progenitores. Enfim, ficam como “problemas menores” resolvíveis pela ação de mudança de “atitudes” e “limites” da família.

Movimento o “binóculo”. Boisson, sem citar, demonstra ter como referência o livro “A Criança Problema”, criando outra divisão nas “causas” de problemas: “causas dos grupos abastados”, “causas dos grupos pauperizados”. Outra leitura é feita, se foi feita, do livro de “A Criança Problema”.

Uma leitura que favorece e sustenta algumas premissas;

- a escola não pode ser única, no sentido de igual para todos, com idênticas finalidades.

- a escola tem que variar de acordo com o local onde se localiza e as características locais deve ser o estritamente ensinado.

- há fatores médicos, sociais, psicológicos que separados ou em conjunto impedem a aprendizagem

- a inteligência, tão complexo fenômeno transformado em unidades decimais, por meio de instrumentos de medida, leva a classificar – sem apelação – o indivíduo em normal, genial, débil ou idiota. (BOISSON, 1949)

Após dissertar sobre variedades de testes e suas especificidades, sobre o cuidado com a aplicação de testes adequados, a autora assume o discurso do país jovem, da construção da “nação” e da não precipitação no campo educativo, pois *é preciso pisar de leve, com os sentidos atentos, nesse terreno que é oficina da natureza e onde uma raça se elabora (ibidem, p.87).*

Retoma Lourenço Filho, afirmando

Muitas crianças, ao serem iniciadas na aprendizagem da leitura e da escrita, apesar de contarem 7 anos e, às vezes, mais, não têm as condições necessárias para realizar semelhante aprendizagem, ou melhor, não apresentam o nível de maturidade indispensável, nível que pode ser apreciado por meio do Teste ABC da autoria de Lourenço Filho (ibidem, p. 88).

Lourenço Filho permaneceu, durante o Estado Novo, como diretor do Instituto de Educação. Porém, em tempos ditatoriais a “teoria da conspiração” encontra terreno fértil. A “acusação” mais séria estava na suspeita de ser ou relacionar-se com comunistas.

Em seu livro “Diploma de Brancura”, Jerry D’Ávila (2005) descreve a acusação de “comunista” feita a Lourenço Filho, devido a livros sobre educação na Rússia fazerem parte da biblioteca da instituição⁶. Para D’Ávila, Lourenço Filho, como bom estrategista, traçou uma “antecipação” a ação do DESPS, convidando o chefe da polícia para, no Instituto, ocupar um espaço e nele exercer suas funções.

A estratégia de Lourenço Filho foi divulgar o mais amplamente possível que o Instituto, “sob a minha direção, tem sido contra as idéias comunistas”. Em resposta às subseqüentes acusações de atividades subversivas, Lourenço Filho pode assegurar que o Sr. Chefe da Segurança Política enviou ao Instituto um investimento de sua confiança, que lá trabalhou por mais de um mês, tudo perquirindo

e esquadrinhando. O mesmo policial realizou investigações completas sobre a vida de alguns professores, funcionários e a minha própria (p. 188-189).

Inegavelmente Lourenço Filho, como outros intelectuais, soube agir dentro da nova conjuntura política. Suas idéias sobre educação, formação de professores, sua consistente defesa da Psicologia Experimental e da objetividade dos testes de inteligência, para melhor organizar as escolas, ganhou adeptos. Os testes de inteligência – Teste ABC – continuaram a ser aplicado às crianças até 1974.

Após breves de tranqüilidade “democrática”, o golpe civil-militar de 1964 e as intervenções no campo educativo instituem o tecnicismo como prática dominante do campo educativo e no fazer pedagógico⁷.

Deixando a Prefeitura do Rio de Janeiro, Arthur Ramos segue sua trajetória na FNFI, onde, também, travará seus embates por espaço político-institucional com seus pares ligados à Antropologia, à Etnologia. Nessa direção podemos entender sua oposição à entrada de Heloísa Torres na Faculdade Nacional de Filosofia, para ocupar a cadeira de Antropologia⁸. Trata-se mais de uma disputa institucional do que simplesmente pessoal; ainda que nestes combates inevitavelmente as pessoas sejam atingidas.

2.2 – Enredando-se na rede.

Terá Arthur Ramos “sentido” a cidade como diz a marchinha: “*Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil. Cidade Maravilhosa, coração do meu Brasil*”? Possivelmente achou a cidade maravilhosa com suas montanhas, a cor do mar. Certamente queria estar no coração do Brasil, capital política e cultural do país.

Aos vinte e sete anos havia trilhado uma trajetória brilhante e fazia parte de uma rede de sociabilidade de intelectuais influentes. Porém, na capital da República era necessário aumentar o raio da “rede”, tornar-se socialmente importante para fazer circular suas idéias sobre o negro – seu principal tema de estudos – e a criança. Assumir o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental significou debruçar-se sobre o segundo, balizado pelas orientações teóricas construídas em torno do primeiro.

Por caminhos institucionais diferentes Anísio Teixeira, ao assumir a Directoria de Instrução Pública da capital, construía um percurso político-institucional com

brilhanismo, constituindo uma rede de sociabilidade intelectual com mais “nós” do que Ramos.

Verdadeira ou imaginária, a cena do vídeo “Anísio Teixeira”⁹ narrando sua entrada no Gabinete de Fernando Azevedo, com carta de apresentação de Monteiro Lobato, é deveras irreverente e eloqüente nos elogios. *Fernando, para o que estiveres fazendo e toca para fora qualquer político que o esteja importunando, atende o apresentado. Esse é Anísio Teixeira, figura mais brilhante, coração mais generoso que podemos encontrar.*

Arthur Ramos chega ao Rio de Janeiro um ano após Anísio e vão buscar realizar “hoje” a aventura do “amanhã” idealizado. Autor de quatro livros – incluindo sua tese de doutorado - ao desembarcar na cidade capital, trazia a “representação” produzida sobre si do intelectual “erudito”, circulando no meio de importantes intelectuais nordestinos.

No entanto, por mais uma “ironia”, esse intelectual foi sendo esquecido após sua morte e exposto ficou, como afirma Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (2005).

[...] a julgamento, como um representante da ciência de seu tempo, mas dissecado a partir do esquema conceitual [...] atual. Esta atitude, cientificamente pouco séria, leva sempre o intelectual a um tribunal inquisitório, só que o acusado não é ouvido, nem como iniciador de uma disciplina nem como representante de um período histórico, e muito menos como expressão de um momento da construção científica (p. 53).

Para Mariza Corrêa, sobre o estudo de intelectuais, “*talvez fosse mais frutífero tentar analisar a relação de seus alinhamentos políticos num contexto dado*” (CORRÊA, 1998, p.28, in BARROS, 2005, p. 54).

Percebi, muito mais por uma “sensibilidade teórica” do que “uma categoria teórica”, a organização e o movimento de “união” particular do grupo de intelectuais em 1930. Resgatei textos já lidos de Felix Guattari, com destaque para “A Trama da Rede”, do livro “Revolução Molecular” (1981); aproximei-me das reflexões da Milton Santos contidas em “A Natureza do Espaço” (1997).

Sirinelli constituiu-se em boa ferramenta teórica para pensar tanto o lugar ocupado politicamente pelos intelectuais como a rede de sociabilidade articulada desse grupo social privilegiado e a compreendermos como estrutura de poder. [...] *é preciso também*

observar que a história do passado próximo e, além disso, de forte teor ideológico, na qual o pesquisador, mal ou bem um intelectual ele próprio, está imerso (SIRINELLI, in RÉMOND, 2007, p. 234)

Arthur Ramos, ator político de uma época “*inscrevia obrigatoriamente sua ação no tempo curto do debate cívico*” (ibidem, p, 235).

Com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram [...]. Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento (SIRINELLI, in RÉMOND, 2007, p.242).

Compreendo que homens e mulheres das ciências, na década de 1930, possuíam, como *modus viventis*, a acepção sociocultural e o engajamento político. Eram os “militantes da educação”, enredados nas relações político-sociais produzidas.

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parecem (ibidem, p. 248).

Ramos viveu, na capital da República, a continuidade dos laços estabelecidos na Bahia com Afrânio Peixoto. Convidado, por Ramos, para prefaciá-lo o livro recém escrito, editado pela Editora Guanabara, em tom meio sério, meio brincalhão responde:

[...] uma vez que me deixa batizar o “menino”, será: Freud, Adler, Jung, talvez com subtítulo: Psicanálise ortodoxa e herética [...] e continua: Você deseja um prefácio, eu acho dispensável. O editor também o quer!...Empurrar porta aberta (RAMOS, 2005, p. 62).

Um contingente de intelectuais nordestinos – Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Edson Carneiro - transferem-se para o Rio de Janeiro e ocupam lugares institucionais de poder, circulando nos grupos de debates. Disputas entre os mesmos não é fato raro e a reação de cada um depende do momento, do

engajamento político, do estilo, que os caracteriza. São, sem dúvida, intelectuais que não se afastam do fazer político.

Distanciando-se dos princípios teóricos da “Escola Nina Rodrigues”, Ramos amplia a rede de sociabilidade no Rio de Janeiro. Integrado ao culturalismo americano, vai “enredando-se” com grupos da “*intelligensia brasileira*”.

Põe-se, dessa forma, no processo de desenvolvimento da Antropologia, tanto através de instituições de ensino, divulgação da disciplina, atuação no Museu Paulista, e no Departamento de Cultura de São Paulo, como no estímulo a iniciativas não institucionais, geralmente de caráter individual. Através de Emílio Willens, Baldus, Donald Pierson e Fernando Azevedo, se comunicará com os antropólogos de São Paulo (BARROS, 2005, p.67).

Junto ao grupo de antropólogos americanos Arthur Ramos troca intensa correspondência, entre 1935 até 1949, com Melville Herskovits. Essa correspondência, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), do Departamento de Sociologia da USP, divide em três períodos, elaborando o quadro abaixo.

1º) cartas trocadas entre 1935 e 1941, anteriores a ida de Arthur Ramos para os Estados Unidos onde durante dois meses acompanha o seminário de aculturação de Herskovits.

2º) cartas trocadas de 1941 até 1942, durante estada no Brasil de Melville Herskovits realizando trabalho de campo.

3º) cartas trocadas após a volta de Melville para os Estados Unidos até a morte de Arthur Ramos.

Quadro - Melville J. Herskovits (1895-1963) Papers, 1906-1963
Correspondência Ramos Herskovits, Cartas consultadas

data	catálogo	missivista	local
12 de agosto, 1941	I- 35, 31, 1457	Herskovits	Evanston
12 setembro, 1941	I, 35, 31, 1458	Herskovits	Rio
3 janeiro, 1942	I-35, 31, 1459	Herskovits	Salvador
10 janeiro, 1942	I – 35, 15, 190	Ramos	Rio
21 março, 1942	I – 35, 31, 1460	Herskovits	Salvador
10 maio, 1942	I – 35, 15, 191	Ramos	Rio
15 maio, 1942	I - 35, 15, 192	Ramos	Rio
30 setembro, 1942	I – 35, 31, 1461	Herskovits	Evanston
1 julho, 1943	I – 35, 31, 1462	Herskovits	Evanston
15 junho, 1943	I, 35, 31, 1463	Herskovits	Evanston
30 junho, 1943	I – 35, 15, 193	Ramos	Rio

21 dezembro, 1943	I – 35, 15, 194	Ramos	Rio
19 janeiro, 1944	I – 35, 31, 1464	Herskovits	Evanston
19 maio, 1944	I – 35,31, 1465	Herskovits	Evanston
16 setembro, 1944	I – 35, 31, 1466	Herskovits	Evanston
24 março, 1945	I – 35, 31, 1467	Herskovits	Evanston
7 agosto, 1945	I – 35, 31, 1468	Herskovits	Evanston
5 Dezembro, 1947	I -35, 15, 195	Ramos	Rio
19 abril, 1948	I – 35, 15, 196	Ramos	Rio
7 julho, 1948	I – 35, 31, 1469	Herskovits	Evanston
28 abril, 1949	I – 35, 31, 1470	Herskovits	Evanston
12 maio, 1949	I – 35, 31, 1471	Herskovits	Evanston
3 maio, 1949	I – 35, 15, 197	Ramos	Rio
20 agosto, 1949	I – 35, 31, 1472	Herskovits	Evanston

A correspondência relacionada acima corresponde aos dois últimos períodos e, consultando o texto de Antonio Sergio Almeida Guimarães, as cartas tinham como teor principal discussões em torno dos trabalhos antropológicos e, também, intercâmbio de pesquisadores.

A rede de sociabilidade pode, em determinados momentos, servir de “rede de apoio”. Ocupou um lugar singular, após a exoneração de Ramos do cargo de Chefe da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, a Sra. Anna Amélia Q. Carneiro de Mendonça. Convida-o para organizar e ministrar um curso de férias na CEB.

Presidente da Casa do Estudante do Brasil e editora da mesma, ativa militante da Associação Brasileira de Educação (ABE), Anna Amélia Q. Carneiro de Mendonça esclarece.

Não tenho a pretensão de criar nenhuma escola no sentido comum do termo, mas tão-somente um organismo cultural destinado ao estudo e à pesquisa, sem nenhum caráter acadêmico. Não daremos diplomas, nem títulos de espécie alguma. Queremos, isto sim, criar um centro novo de estudos, de trabalhos e pesquisas culturais e científicas. O que importa é despertar o gosto pelo conhecimento, pela cultura desinteressada, pelo saber que dá ao homem a consciência de sua dignidade e de sua função dentro da sociedade. (RAMOS, 2005, p.70)

No livro “A Introdução à Antropologia Brasileira”, Arthur Ramos fala de sua proximidade com a casa do Estudante do Brasil e a importância de D. Anna Amélia no círculo de relações sociais estabelecidas.

A Casa do Estudante do Brasil, essa prestigiosa instituição, que dirige o espírito altamente esclarecido de D. Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, em boa hora compreendeu a importância dos

estudos do Homem e da Cultura no Brasil. A sua primeira iniciativa neste sentido foi a dos chamados Cursos de Inverno, patrocinados pelo Departamento Cultural no Brasil. Coube-me a honra de iniciá-los, em 1942, professando um Curso de Antropologia Brasileira com a duração de três meses. Este livro é o resultado daquela iniciativa. A princípio, pensei em registrar, num pequeno volume, a matéria explanada, que abrangeu os problemas gerais de antropologia brasileira, e nem poderia deixar de ser assim num rápido curso de três meses. Julguei, porém, que seria uma oportunidade de me estender um pouco mais no livro naquilo que não pude fazer em aula, adicionando ao material estudado o resultado de quatro anos de ensino da minha cátedra da Faculdade Nacional de Filosofia. Ainda não é esta a obra que intentei escrever. (RAMOS, 1943, p.14)

D. Anna Amélia tinha seu próprio “circuito” intenso de relacionamentos político-sociais. Pertencendo aos quadros da Associação Brasileira de Educação participou ativamente da associação, fazendo parte do Conselho Diretor em várias gestões.

Em 1928 foi membro suplente do Conselho Diretor empossado em outubro, passando a fazer parte como membro titular nos anos de 1929, 1930, 1932, 1934.

Disputa a Presidência da Associação (ABE), na Sessão Ordinária realizada a onze de janeiro de 1934, com o Prof. Celso Kelly, perdendo por onze votos a um, a favor do Prof. Celso Kelly.

Ler as Atas de Reuniões do Conselho Diretor e Assembléias da Associação Brasileira de Educação nas três primeiras décadas de sua fundação é um painel de posições e interesses instigante.

Na continuidade da eleição do Prof. Celso Kelly, disputando com D. Anna Amélia, lemos a Ata da Sessão seguinte – quinze de janeiro de 1934 - e, pela “fresta da janela”, pudemos ver e compreender um pouco do cotidiano da ABE. Consta da Ata.

É lida e aprovada a ata da sessão anterior. A secretaria lê uma declaração de voto dos associados Lourenço Filho, Olinto de Oliveira, Branca Fialho, Armanda Álvaro Alberto, Francisco Venâncio Filho, Edgard. S. Mendonça, Paulo Carneiro, Anísio Spindola Teixeira e Moys Xavier de Araujo, que, não estando presente na última eleição declaram votar em Celso Kelly para o cargo vago de Presidente; uma carta de Dr. Mello Leitão insistindo no pedido de demissão.

Seus votos foram considerados, ainda que, como consta na Ata, também estivessem ausentes nesta Sessão. D. Anna Amélia não ocupa a Presidência, ficando como membro efetivo do Conselho Diretor. A força política de alguns nomes citados

acima, dentro das relações de forças, do momento, não podia ser desconsiderada pela ABE.

No livro “*Molde Nacional e Fôrma Cívica*”, a Profa. Marta Maria Chagas de Carvalho analisa detalhadamente os grupos políticos, suas estratégias de aproximação e afastamentos conjunturais atuando na dinâmica da Associação Brasileira de Educação (ABE), de 1924 a 1931.

Rede de sociabilidade de intelectuais não é simplesmente uma estratégia de aproximação para produzir correlações de forças mais favoráveis ao grupo nas disputas por poder. Dentro do próprio grupo constituindo a rede há, também, um jogo permanente de interesses e poder entre os pares.

[...] definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadre em duas grandes matrizes: a que apenas considera seu aspecto, a realidade material, e outra, onde é também levado em conta o dado social [...] a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam (SANTOS, 1997, p.208/209)

Nessa perspectiva de análise, rede de sociabilidade significaria pensar formas que fertilizassem o debate e a participação efetiva. A rede acabaria facilitando os canais porque a informação circularia, com certa autonomia, entre interlocutores da mesma categoria.

Afrânio Peixoto, em carta de 31 de dezembro de 1936, dirigida a Ramos, no período de criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), revela ao leitor a rede de relações inter-geracionais que constituíam, determinando a inserção da intelectualidade nordestina à frente de cadeiras da recém criada Universidade.

Meu querido e admirado Arthur Ramos

Que imenso caminho percorrido! Que imenso caminho que você há de percorrer! Extasiei-me ontem e continuo hoje, com o percorrer do seu belo livro “*Introdução à Psicologia Social*” (este é o único que levo para Buenos Aires, para encantar a viagem). Que formidável massa de conhecimento, de erudição, de discernimento! No caos de uma sociedade nova você põe a ordem de seu forte e são espírito: que maravilha! Só para isto, me dou por feliz, havendo colaborado para se criar a Universidade do Distrito Federal. E tenho, meu querido amigo, o inefável prazer de o ter adivinhado. Assumo a responsabilidade de o ter levado a abandonar a província pela capital. Ramos, se fosse sua a América – que prodígio! Creia que é, comovido e feliz que o abraço. (BARROS, 2005, p. 63-64, grifos da autora).

No curto período de existência, a UDF constou com grandes nomes dos campos de conhecimento no seu quadro de professores. Arthur Ramos ocupa a cadeira de Psicologia Social. Críticas faziam parte do cenário da jovem Universidade quanto à tônica dada aos programas estabelecidos para as disciplinas. Gilberto Freyre relembra, em depoimento ao Correio da Manhã, quando da morte de Ramos, o descontentamento manifestado pelo professor de Psicologia Social diante das observações feitas ao programa elaborado.

Mestre Artur Ramos

Com a morte de Artur Ramos o Brasil perdeu o seu maior africanologista. O maior africanologista brasileiro escrevi sobre ele em 1934. E, desde então, seus livros, os seus trabalhos, as suas pesquisas, só fizeram acentuar sua autoridade no assunto. Era ele nos últimos tempos um mestre, na sua plenitude.

Foi para mim uma surpresa brutal, a notícia de sua morte, em Paris. Estava eu em Nova York quando me telefonaram da redação do Heraúd: acabamos de receber de Paris um telegrama com a morte do cientista brasileiro professor Artur Ramos. Temos poucas notícias a seu respeito. Quer nos dizer alguma coisa sobre Ramos?

Repeti mina vela opinião sobre o professor Artur Ramos: o maior africanologista brasileiro. Recordei os seus principais trabalhos. Lembrei sua atividade no Brasil e ultimamente na UNESCO, onde dirigia a sessão de Ciências Sociais. Sua participação na obra fundar-se no Brasil uma universidade moderna e séria, mais substancial que de fachada; a Universidade do Distrito Federal, iniciativa de outro brasileiro admirável. Iniciativa do Professor Anísio Teixeira que procurou cercar-se de homens verdadeiramente capazes de concorrerem para a fundação de uma autêntica universidade, de um verdadeiro centro de altos estudos. Foi quando conheci pessoalmente Artur Ramos. [...]

Lembro-me de que obrigado a criticar o primeiro programa apresentado por Artur Ramos, e a meu ver excessivamente carregado de psicanálise. [...] Mas, o certo é que pude, aos poucos, pondo em contato com o ilustre homem das ciências, que reunia tão raras qualidades de professor e pesquisador, com trabalhos por ele ainda desconhecidos, de africanologista norte-americanos: Melville Herskovits.[...]

Seus últimos trabalhos, os da maturidade, nos deixaram ver o homem da ciência, amplo nos seus conhecimentos e compreensivo na sua visão de comportamento fraterno. Desse

homem de ciência tínhamos o direito de esperar ainda muito trabalho interessante de análise, ao lado das sínteses ou generalizações que seus já longos e pacientes estudos sobre o negro, no Brasil, lhe permitiam esboçar sobre o assunto com autoridade inconfundível. Desaparecendo antes de seus cinquenta anos, Artur Ramos deixa incompleta uma obra que já tem, entretanto, a obra de um mestre. Um mestre brasileiro como outrora Nina Rodrigues conseguira atrair para seus trabalhos a atenção de africanologistas, antropologistas e sociólogos estrangeiros (1949).

Como “o morto é um ausente”, fica a interpretação de Gilberto Freyre sobre a formação intelectual de Ramos, a sua interpretação. Mas, é na FNFi que Ramos, ao organizar a cadeira de Antropologia criada, vai expandir seu “raio de ação”.

Estrutura currículo, programas, cria o “Gabinete de Antropologia”, organiza provas de aperfeiçoamento e de doutorado. Orienta alunos, além de propor a criação de um Instituto de Pesquisas e encaminha à Congregação, em 1941, o projeto de uma revista que não foi concretizado (BARROS, 2005, p. 64-65).

Nessas tarefas terá a contribuição de sua fiel assistente Marina São Paulo de Vasconcelos. Ao mesmo tempo uma “representação” de Arthur Ramos vai sendo construída: a face de “intelectual do Estado Novo”, “intelectual racista”. A contra-face dessa representação – suas prisões, a defesa de uma antropologia socialmente engajada, aproximação com o Partido Comunista, a publicação de textos em periódicos ligados ao partido, suas aulas na Universidade do Povo, a colaboração com o movimento negro, o apoio ao Teatro Experimental do Negro – fica encoberta em “estranha névoa”.

A militância anti-racista de Arthur Ramos – antes, ao longo e depois da II Guerra Mundial – pode ser vista como um dos aspectos importantes no processo de conversão do médico-legista, sob a influência racialista, em antropólogo cultural. Em manifestos anti-racistas, artigos e livros, Arthur Ramos insistia na crença de que o melhor antídoto ao nazismo seria a experiência brasileira em matéria étnico-racial. O “laboratório de civilização”, expressão cunhada pelo historiador Rudiger Bilden no final dos anos 1920 e utilizada com frequência por Arthur Ramos, não destoava da recorrente visão de que a cultura ibérica, em solo brasileiro, criara um país que o perfil miscigenado da população, a mobilidade de mulatos e negros e a reduzida taxa de tensões raciais transformavam num modelo de sociedade a oferecer lições à humanidade (MAIO, 1999, p. 30).

A noção de “laboratório de civilização”, tantas vezes utilizado, tornava-se difícil de ser defendido diante dos fatos sociais que demonstravam profundas desigualdades entre vidas de negros e brancos, como o “disfarçado” “preconceito de cor” no Brasil.

No final dos anos 1940, Arthur Ramos já colocava em questão a ensaística das consagradas chaves explicativas sobre o Brasil elaboradas nos anos de 1920 e 1930. Assim, Arthur Ramos indagava-se a respeito da existência de uma visão uníssona sobre o Brasil e, por conseguinte, questionava sua própria interpretação anterior sobre o “laboratório de civilização”, isto é, ‘ a solução mais científica e mais humana para o problema, tão agudo entre outros povos, da mistura de raças e culturas’ (MAIO, 1999, p. 33).

Da sede da UNESCO, em Paris, elaborando relatório para subsidiar a Conferência de 1950, escreve à sua assistente Marina São Paulo de Vasconcelos, em 22 de outubro de 1949.

Estou aqui sacrificando minha saúde, e de Luiza, num trabalho exaustivo, procurando elevar o nome do nosso país, e nossa Universidade não me favorece as condições de tranquilidade indispensáveis. Estou começando a ficar preocupado com esta demora de uma solução legal, de modo que estou resolvido a voltar. Por mais que o trabalho seja interessante e por maiores que fossem os benefícios com o desenvolvimento de estudos, em abril, se meu programa for aprovado em Florença, nada compensará o desgaste de esforço físico e mental acrescido deste background que me preparam aí. Eu posso demitir-me a qualquer tempo mesmo depois do período probation, mesmo arcando com as despesas decorrentes de meu ato, mas a cátedra e nossos trabalhos aí, em primeiro lugar. Desculpe esse desabafo, mas não precisa... (ilegível). Se minha licença obrigatória não for dada, eu voltarei imediatamente. Peço-lhe, por isso, mande-me urgentemente, as informações solicitadas.

Teria muita coisa para lhe falar dos trabalhos aqui, mas isto é outra história que terá... (ilegível) ou não.

O frio já começa e minha pressão está subindo, mas prefiro que a caldeira arrebente no Brasil (RAMOS, in BASTOS, 2005, p. 176/177).

Sua “queixa”, em relação à Universidade no Brasil, deve-se a situação de não ter sido oficializada, através de Diário Oficial, sua saída do país. Arthur Ramos morre em Paris, como 1º Diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, nove dias após a carta, com a idade de 46 anos.

Marcos Chor Maio, referindo-se a “militância” de Arthur Ramos, na UNESCO, informa que, pouco antes de morrer, o intelectual concluiu um plano de estudos e pesquisas sociológicas e antropológicas no Brasil.

Dentro da programação de combate à discriminação racial aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em setembro de 1949, o antropólogo informava aos futuros participantes do encontro que seu objetivo era “reunir em comitê de especialistas em antropologia física, em sociologia, em psicologia social e em etnologia para formular uma definição preliminar das raças do ponto de vista interdisciplinar. Este será o ponto de partida indispensável para uma futura ação da UNESCO em 1950 [...]. Em junho de 1950, a UNESCO divulga a Primeira declaração sobre Raça, a qual continha a seguinte afirmação: “Raça é menos um fato biológico do que um mito social e, como mito, causou severas perdas de vidas humanas e muito sofrimento em anos recentes (MAIO, 1999, p. 29).

Na sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no trabalho de garimpo encontrei uma carta manuscrita¹⁰ de Arthur Ramos, sem destinatário e data. Pelo “tom”, inferi que a mesma foi escrita após sua saída do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. Compartilho-a com os leitores.

COMO EDUCAR NOSSOS FILHOS?

Nóscontra os conspiradores. Os técnicos foram ameaçados de suspensão, perseguidos e destruída sua obra. Se não formalmente, na essência.

Depois ódio. Caos do Estado Novo. Os problemas de.....foi, em nome de Deus, da Pátria e da Família. Conceitosde um Deuse intolerante, de umae antibrasileira, de uma família.....e.....

Assim, não se trata apenas de “educar os nossos filhos”, mas estudá-los para um mundo em mudança. Não podem continuar mentindo-lhes, falando-lhes devalores sociais e éticos que não mais correspondem as informações rápidas de nossos tempos.

Se não lhes falarem....., eles se revoltarão amanhã e transformarão o mundo por sua própria conta. Talvez de modo violento e desajustado.

Não adianta palavras dese o próprio adulto se revelouou....., num mundo de pós-guerra ainda atormentado de alguns transtornos do passado. É preciso estar..... a paz e a democracia. Umafuncional queas transformações do mundo e o evento de novos valores. Paz e.....querem dizer tolerância, fraternidade, compreensão, melhoria econômica. Mundo dede Roosevelt. Sem o dia de raça, de religião, de classe. Sem medo, numa sociedade que estabeleça contatos leais entre o governo e o povo. É para este mundo e esta sociedade que devemos educar nossos filhos.

Até que ponto nas discussões sobre educação brasileira, nas ações dos anos de 1930, o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, os efeitos nas escolas, famílias, “comunidades”; assim como a trajetória do intelectual que o chefiou, não foram colocados no lugar da memória esquecida produzindo “*o apagamento da memória coletiva de homens e mulheres [...] institucionalizando o medo, sublimando diferenças, sedimentando social e politicamente o esquecimento como prática?*” (Werneck da Silva, 1985, p. 76).

Notas

¹ A Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, culminando com a deposição do Presidente da República Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, pondo fim à República Velha. Em 1929, lideranças de São Paulo romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do café-com-leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas. Em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista. Porém, ele não tomou posse, em virtude do movimento desencadeado a 3 de outubro de 1930, sendo exilado. Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha.

² Na Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC guarda e disponibiliza o acervo de Getúlio Vargas. Sobre Gustavo Capanema, entre outras análises, temos o livro "Tempos Capanema" de Helena Bomeny e Simon Schwatzman. Disponível na Internet, site CPDOC.

³ Encontra-se disponível na Internet Relatório do Grupo de Pesquisa coordenado pela Profa. Ana Jacó – Histórias, Memórias e Documentos, sem data.

⁴ Os livros escritos pela psicóloga Ofélia Boisson foram, em sua maioria, publicados pelas Editoras Conquista e Melhoramentos.

⁵ Michel Foucault discute o lugar ocupado pelos sujeitos das "Vidas Infames" no livro "O que é o autor?", Ed. Vega, Portugal.

⁶ O livro "Anísio Teixeira – A Poesia em Ação" (2000) a professora Clarice Nunes adentra nesse episódio.

⁷ Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes analisam no livro "O Golpe da Educação" os anos que antecederam e os que sucederam o golpe civil-militar de 1964 e seus efeitos na educação.

⁸ Luitgarde Oliveira Cavalcanti Ramos, em "Arthur Ramos e as Dinâmicas de seu Tempo", adentra nos meandros do confronto que envolveu Arthur Ramos, Heloisa Torres, Edson Carneiro.

⁹ A MultiRio, empresa ligada à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, editou, em comemoração aos 100 anos do nascimento de Anísio Teixeira, vídeo cujo título é o nome do intelectual.

¹⁰ I- 36, 15,67